
ALOCUÇÃO AO CURSO DE DEFESA NACIONAL DE 1995

Alocução proferida na Sessão de Encerramento do Curso de Defesa Nacional (CDN95) pelo Auditor Prof. Doutor Manuel Ferreira Patrício, no IDN, em Lisboa, em 2 de Junho de 1995.

Ferreira Patrício

ALOCUÇÃO^(*) AO CURSO DE DEFESA NACIONAL

1. PRÓLOGO

Quiseram os colegas do curso de Defesa Nacional/95 incumbir-me da honrosa e difícil tarefa de pronunciar algumas palavras, em seu nome, nesta sessão solene. É uma distinção que devo começar por agradecer a todos, do grupo de Lisboa e do grupo do Porto.

A minha atitude fundamental nesta circunstância é de respeito pela escolha de que fui objecto. Encontro-me, todavia, numa situação de alguma dificuldade, dado sentir por detrás da escolha mais exactamente a expressão de uma confiança pessoal que o mandato, sempre limitativo e condicionador, para apresentar estas ou aquelas posições. Todos foram para mim de uma delicadeza inexcusável. Nenhum chegou sequer ao ponto de sugerir a inclusão deste ou daquele tópico no discurso, de promover ou defender esta ou aquela crítica. Puseram na minha voz a sua voz, sem condições.

Eu gostaria, naturalmente, de honrar sem mácula tão nobre e afectuoso gesto. Mas sei, como o Descartes que marca a sua presença em determinada (no fim de contas, facilmente determinável...) folha do nosso Livro de Curso, que o caminho da objectividade passa incontornavelmente pela porta estreitíssima da subjectividade. Assim, a vontade de respeito integral pelo eventual pensamento congruente do grupo choca-se com a inevitável refracção pessoal das ideias, valores, sentimentos, desejos e vontades dos elementos que o constituem e da difícil unidade que o constituirá.

É, pois, notório que fui encarregado de uma missão impossível, apenas exequível em termos intransferivelmente pessoais, pelo que as palavras que

(*) Alocução proferida na Sessão de Encerramento do Curso de Defesa Nacional de 1995 (CDN/95), no Instituto da Defesa Nacional, aos 2 de Junho de 1995, perante os auditores do Curso, altas individualidade militares, individualidades civis, e numerosos convidados. Integravam a mesa: Sua Excelência o Secretário de Estado da Defesa Nacional, senhor Dr. Abílio Morgado, que presidiu; o Director do Instituto da Defesa Nacional, senhor Vice-Almirante Machado da Silva; o Director do Curso de Defesa Nacional de 1995, senhor Brigadeiro Lemos Pires.

vou proferir só podem responsabilizar-me a mim próprio, ainda que muito me satisfizesse que nos exprimissem razoavelmente a todos.

2. QUEM SOMOS NÓS, AUDITORES

Comecemos por nos apresentar, como mandam as boas regras. Somos um grupo de algumas dezenas de quadros da sociedade portuguesa. Pela nossa formação académica e profissional, pelas funções que desempenhamos, pelas funções que eventualmente venhamos a desempenhar no futuro, pela atitude global que nos determina perante a comunidade, pelo valor sintético que a nossa pessoa representa, rezam os textos oficiais que constituímos uma *élite* (eu preferiria dizer, numa postura de mais lúdima defesa nacional... linguística, que constituímos um escol...). Há quem veja na palavra *élite*, ou na palavra escol, conotações negativas, uma visão aristocratizante da sociedade, talvez mesmo uma atitude geral de desprezo pelas mais amplas camadas sociais, de que o escol se dissociará. O escol não deve ser isso, como a casa do leme do navio não pode separar-se do navio. O que o escol deve ser é a ponta avançada da sociedade, da qual será, no fim de contas, fiel e fecundo servidor. Se somos *élite*, ou escol, somo-lo neste sentido e não em qualquer outro. Direi mesmo que gostaríamos de o ser neste sentido.

Porque estamos aqui? Porque integrámos este Curso? Da perspectiva do Instituto da Defesa Nacional e do Ministério da Defesa Nacional, a resposta será: porque fomos escolhidos pelo primeiro e nomeados pelo segundo. Da nossa perspectiva, contudo, estamos aqui porque quisemos estar aqui. Tirando os pormenores organizacionais e funcionais, sabíamos muito bem ao que vínhamos, porque vínhamos e para que vínhamos. Aceitámos, com efeito, participar num Curso de Defesa Nacional: que, como o nome indica, é *Curso*, é de *Defesa* e é de *Defesa Nacional*. Tudo palavras claras, que indiciam e exprimem posições de fundo e implicam compromissos sérios. É um Curso de luxo? Os medíocres que o pensem. A mediocridade que mesmo em nós possa haver que o pense. A integração no Curso da Defesa Nacional promovido pelo IDN é um acto cheio de gravidade, de significado e de responsabilidades futuras. Tem que ver com tudo o que até agora fomos, com o que somos e com o que vamos ser. Envolve um compromisso solene com a comunidade: com *a nossa* comunidade.

Numa época (Fernando Pessoa diria *numa hora...*) em que a ideia e o sentimento da nacionalidade têm tão baixo valor em largas bolsas estimativas

correntes (o mesmo Pessoa esclareceu, em subtil entrevista, que não chamou *Portugal* à sua *Mensagem* porque Portugal se degradara em nome de marca de sapatos...), e que têm tão doentio, perigoso e trágico valor em outras, importará evidenciar, ou apenas lembrar, que a nossa qualidade de auditores deste CDN/95 implicou, implica e implicará, a aceitação da *qualidade de ser nacional*, ou seja, da nacionalidade. Implica, pois, a identidade que mora dentro da nacionalidade: a identidade nacional. Há algo de comum nos elementos constitutivos da nação. Esse algo idêntico é a identidade nacional: a qual tem elementos imateriais e elementos materiais; a qual é sentimento, ideia, vontade, cultura, espírito; mas também sangue, terra, civilização. Realidade complexa, porventura indefinível, poderosa. Realidade que aceitá-mos ao aceitarmos ser auditores e que aceitamos ao estarmos presentes nesta sessão.

Eis traçadas, sumariamente, as linhas mestras da nossa identidade, da nossa motivação profunda, das nossas responsabilidades, da nossa postura de fundo.

3. SERÁ A MESMA COISA HAVER PORTUGAL E HAVER PORTUGUESES?!...

Discorrendo sobre Portugal e os Portugueses, naquele extraordinário espaço de reflexão pátria que foi a revista *SUDOESTE*, escreveu Almada-Negreiros que *Portugal já há, o que falta agora é haver Portugueses*. Disso temos de cuidar. Somos já, na linguagem do génio que foi Almada, uma civilização. Temos agora de ser, a partir disso e por sobre isso, uma cultura. Já temos a identidade de Portugal; falta termos a identidade de Portugueses.

Fernando Pessoa escreveu na *Mensagem*: «Senhor, falta cumprir-se Portugal». No entendimento de Almada, isto quer dizer que falta cumprirem-se os Portugueses. Para Pessoa, Portugal, que se cumpriu no Mar (e não quicá no Império, que se *desfez*...), falta justamente cumprir-se em Portugal. Aqui. Connosco. Por nós. Para tal, como clamou Almada, precisamos urgentemente, e completamente, de Portugueses.

4. O PROPÓSITO REMOTO DO CDN

O Professor Agostinho da Silva declarou um dia, em entrevista a um jornalista importuno ou pertinaz, que o verrumava com objecções incómodas

e irritantes sobre o seu messianismo joaquimita, que Portugal tinha sempre ao seu dispor a possibilidade de ser o povo eleito, *auto-elegendo-se*.

Quererá isto dizer, à luz que vínhamos usando, que temos de fazer os Portugueses que não há, auto-elegendo-nos como Portugueses. E haverá então, para além de Portugal, os Portugueses. Para sermos inteiramente verdadeiros: só então haverá realmente Portugal.

Obra é esta da mais lídima pedagogia. Eu atrevo-me a crer que o Curso de Defesa Nacional tem o propósito remoto, e profundo, de fazer haver Portugueses. Sinto que a acção visada e exercida pelo Curso o é neste sentido. Sinto que é esta a acção que se espera executemos, silenciosa ou não mas sempre eficaz, a partir deste momento.

5. DEFESA NACIONAL E CONSCIÊNCIA NACIONAL

Na sua essência, a defesa nacional é, pois, uma *paideia*. Uma *paideia* complexa e multiforme, mas realmente uma *paideia*.

Escreveu Espinosa – um filho de uma minhota e de um alentejano que se viram forçados a viver na Holanda como judeus expulsos de Portugal –, logo ao iniciar a sua *Ética*, que todo o ser visa persistir no seu ser. A vontade de ser – de continuar a ser, de ser sempre – é, pois, para o filósofo de renome mundial e ascendência portuguesa, a lei fundamental da substância. Tal lei é inteiramente aplicável à Nação, como, de resto, a história todos os dias mostra.

Muitos e variados são, contudo, os factores adversos. Eles são proteicos, assumindo múltiplas formas, sob as quais se disfarçam. A forma militar é tradicionalmente considerada a mais relevante, em aliança íntima com a forma política. Na nossa época, há formas mais sofisticadas, como é o caso da económica, da científico-tecnológica, da cultural, da mediática e mesmo da educacional. As vulnerabilidades nacionais são hoje talvez mais variadas do que nunca.

Variadas têm de ser, portanto, as formas de defesa. Eu diria, no entanto, que por detrás de todas tem de estar a muralha da consciência. Todas as defesas cedem sem a consciência. Todos os ataques abortam, pelo contrário, face à consciência.

Para que qualquer estratégia sectorial resulte é, por conseguinte, indispensável investir no fortalecimento da consciência. Importa, assim, cultivar e desenvolver a consciência dos Portugueses, a consciência nacional. Obra de

paideia, sem dúvida. Foi para sermos obreiros desta obra que nos empenhámos em trabalhar ao longo dos sete meses que agora se cumprem. Cada qual vai fazê-lo sobre o solo da sua formação e no espaço de intervenção das funções que desempenha. Diversas vão ser, pois, *as formas* da actividade de cada um de nós. Todavia, uma só será *a consciência* que dará sentido e força à nossa acção.

6. A NAÇÃO PORTUGUESA E A EUROPA

É a Europa, talvez, o maior desafio com que se confronta no presente momento histórico a Nação Portuguesa. Europa e União Europeia são, por ora, realidades diferentes. Agrada-me pensar que a União Europeia fica no caminho da Europa. Mas sei que é muito difícil chegar à Europa. Sei mesmo que é muito difícil chegar à União Europeia, tenha ela a dimensão e a forma política que tiver.

Não há entre nós, auditores, um entendimento unívoco da União Europeia e da Europa. Manifestaram-se entre nós, nos debates libérrimos e ricos que realizámos ao longo do Curso, várias perspectivas a esse respeito, que sintetizarei do seguinte modo: a) uma perspectiva assumidamente europeísta (como se diz na gíria política e mediática, uma perspectiva euro-entusiasta...), tendencialmente federalista; b) uma perspectiva moderadamente europeísta e tendencialmente confederalista; c) uma perspectiva eurocéptica (como se dirá em calão politicamente correcto ...), talvez europeia mas não europeísta, atlantista e de aspiração lusofonista; d) uma perspectiva eclética, vária nas geometrias e nos matizes.

Seja, contudo, qual for a perspectiva em que cada um se situe, talvez seja semelhante a resposta a dar à pergunta: *Tem a Nação Portuguesa de excluir-se do processo de construção europeia para preservar e defender a sua identidade, para persistir, como disse o nosso Espinosa, no seu ser?* Não, porque a Europa é, justamente, um mosaico colorido de nacionalidades. De modo que quanto mais autêntica for cada nacionalidade europeia, mais rico e colorido é o mosaico europeu. A beleza e o poder da Europa hão-de resultar da harmonização das nações europeias.

A saúde é, no mundo biológico, um equilíbrio milagroso e lábil, sempre precário. O desequilíbrio é a doença. O sentimento de apego nacional, ou nacionalismo, pode ser saudável e pode ser patológico. Não podemos tratá-lo como intrinsecamente patológico. De seu natural, ele é saudável. Como

tal o devemos cultivar. Ignorá-lo, ou hostilizá-lo, é escancarar as portas ao nacionalismo patológico e agressivo. A repressão do sentimento nacional saudável conduz inevitavelmente, a prazo, à eclosão violenta e irracional do sentimento nacional doentio.

7. PENSAR, QUERER E AGIR EM GRANDE

Dito isto, afirmarei sem ambiguidade, que seja qual for o contexto de referência – o nacional, o europeu, o mundial – , devemos jogar para ganhar. O que nos fez grandes nas Descobertas foi a grandeza do desígnio. Portugal deve conceber-se e projectar-se em grandeza, não em mesquinhez ou burguesismo de gato doméstico (e, se nos descuidarmos, domesticado...).

Referindo-se à educação de Portugal, que é uma das nossas endémicas frustrações, escreveu Agostinho da Silva: «Sabe-se, portanto, e bem, de tudo o que o doente sofre; mas, pelo que tenho visto (...), não tem havido bastante demora quanto ao que se deveria fazer, já não com a mira de melhorar o que existe, suprimindo-lhe os defeitos, mas com o propósito de criar esse sistema de educação que verdadeiramente corresponda ao que é Portugal, e vamos dizê-lo desde já, à grandeza que deve ser Portugal, não à mesquinhez que tantas vezes tem sido; que, além de lhe corresponder ao que já em história foi, o livre de limitações e lhe permita realizar-se no de que deu apenas sinais; e que, subindo ainda, dê corpo aos sonhos de alguns dos maiores que viu nascer e seja não parente pobre do mundo, mas seu guia, pois sempre se atrasa quem não tem por escopo abrir caminho» ⁽¹⁾.

É esta vocação de grandeza que explica estas palavras empertigadas do grande Mestre, português do mundo como quase ninguém: «Por isso nalguma hora, das vossas, vos falaremos dessa vossa entrada na CEE, esse hipermercado da Europa, também alargado algum dia a Regiões Unidas da Europa ou nome parecido. Agora o que queremos que fique bem nítido em vós: o que se deu é que Portugal desembarcou na Europa, o continente que lhe faltava, depois dos outros três – e não contamos a Austrália como continente porque ainda não contém grande coisa. Desembarcados, tendes que fazer com ela o que fizestes com os outros: não os trouxestes a todos ao XVI ou ao XVII ? Pois tendes de levar a Europa ao XXI e ao XXII, à coitada ainda atascada no

⁽¹⁾ Agostinho da Silva (1989). Educação de Portugal. Lisboa: Ulmeiro, p.7.

menos bom do XIX. Já de certo modo a ocupais com vossos emigrantes e seus filhos: não abandoneis esses vossos expedicionários como às vezes abandonastes os do Índico e Pacífico; eles, aliados a argelinos ou turcos ou malgaches, começarão por salvar a Europa da taxa negativa de natalidade e ao resto irão se diligente e inteligentemente os apoiardes em vez de vos deixardes envolver pela decadência do indígena europeu; e não vos preocupeis com Estados Unidos ou Canadá porque os mexicanos e outros do Sul tratam disso, embora quanto mais açoreanos melhor» (2).

8. ALGUNS AGRADECIMENTOS, BEM TEMPERADOS

Estamos agradecidos ao IDN, na pessoa do seu Director, senhor Vice-Almirante Machado da Silva, ao CDN, na pessoa do seu Director, senhor Brigadeiro Lemos Pires, e ao Ministério da Defesa Nacional, aqui representado por Sua Excelência o Secretário de Estado da Defesa Nacional, pela oportunidade que nos proporcionaram de viver nesta casa, em Lisboa e no Porto, em outros pontos do território nacional e na Grécia, componente importante do nosso berço cultural e civilizacional, uma experiência rica de reflexão sobre o magno problema da defesa nacional.

Nestes agradecimentos envolvemos todos os que contribuíram para a realização do Curso, com relevo para o pessoal do Instituto e os colaboradores especialistas.

Procurei captar o sentido menos superficial e aparente deste – não me atrevo a dizer mais profundo e real ...–, a fim de fazer emergir do que também pode ter sido a espuma de algumas águas algo poluídas, nossas ou não, a pureza essencial das águas que bebemos e nos foram dadas a beber. O que aqui aconteceu foi muito positivo.

Queremos estar à altura do que se espera de nós, no futuro. Fá-lo-emos individualmente e explorando as grandes potencialidades do espírito do grupo e do afecto gerado entre nós, e ainda as estruturas adequadas do próprio IDN e da Associação de Ex-Auditores.

(2) Id. (1988). carta vária. Lisboa: Relógio d' Agua, p.76.

9. EPÍLOGO – GRANDEZA E DESTINO DE PORTUGAL NO PÓRTICO DA «MENSAGEM» PESSOANA

Os pórticos servem para entrar e para sair. Vamos sair todos por aquele pórtico por onde se entra na *Mensagem* de Fernando Pessoa. Mensagem interpreto como *Evangelho*, ou seja, *Boa-Nova*. A *Boa-Nova* pessoana, *Lusíadas* do século XX, começa por pôr-nos a olhar para o mapa da Europa, que é uma maneira didáctica de nos pôr a olhar para a Europa. Portugal já lá estava em 8 de Dezembro de 1928 – dia da sua padroeira e da génese do poema. Pela sua posição na Europa e pela função que lhe é cometida vê-se que estava lá desde sempre e que nunca de lá poderá sair. Alto é o destino que lhe é atribuído. Imensa é a exigência que nos é feita.

Ouçamos o Poeta com a atenção religiosa que – literalmente – lhe é *devida*. Queremos que a sua palavra seja a última. Trata-se, verdadeiramente, de uma palavra *última*.

A Europa jaz, posta nos cotovellos:
De Oriente a Occidente jaz, fitando,
E toldam-lhe românticos cabellos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovello esquerdo é recuado;
O direito é em angulo disposto.
Aquelle diz Italia onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar sphyngico e fatal,
O Occidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.

Ferreira Patrício